



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA DE CIDADANIA E DIRETOS HUMANOS
COORDENADORIA DE POLÍTICAS PARA A DIVERSIDADE SEXUAL
CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT JANAÍNA DUTRA

RELATÓRIO ANUAL 2014

Fortaleza 2014



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra

Prefeito do Município de Fortaleza

Karlo Meireles Kardozo

Secretário de Cidadania e Direitos Humanos de Fortaleza – SCDH

Jorge Pinheiro

Coordenador de Políticas para a Diversidade Sexual

Lúcia Paulino

Coordenadora Executiva de Políticas para a Diversidade Sexual

Equipe do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra

Rosania Campos - Coordenadora

Ana Paula Costa da Silva - Assistente Social

Bruna Macedo Pimentel Pinheiro - Psicóloga

Dannyse Visgueira de Sousa – Secretária Executiva

Danton Torres Holanda - Advogado

Roberta Kelly Morais Lima - Secretária Executiva

QUEM FOI JANAÍNA DUTRA?

Janaína Dutra (Canindé, 1961 – Fortaleza, 8 de fevereiro de 2004) foi uma ativista e reconhecida líder travesti do Movimento Homossexual Brasileiro.

Formada em Direito no Estado do Ceará, foi a primeira travesti a retirar a carteira profissional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) onde constava seu nome social Janaína Dutra. Foi pioneira ao desenvolver um projeto junto ao Ministério da Saúde na elaboração da primeira campanha de prevenção da AIDS destinada especificamente às travestis. Ela também cumpriu cargo de liderança como membro da presidência da Associação das Travestis do Ceará (Atrac) e da Articulação Nacional das Travestis (Antra). Além disso, foi co-fundadora (1999), assessora jurídica e vice-presidente do Grupo de Resistência Asa Branca (Grab).

Janaína Dutra faleceu aos 43 anos vítima de câncer pulmonar, mas seu legado ficou pela militância à causa LGBT. A Prefeitura de Fortaleza reconhece sua importância e a homenageia dando seu nome ao Centro de Referência LGBT.

1. APRESENTAÇÃO

O relatório apresenta uma análise da experiência do serviço de atendimento psicossocial e jurídico do Centro de Referência LGBT Janaína Dutra - CRLGBT no exercício de 2014, equipamento vinculado à Coordenadoria de Políticas para Diversidade Sexual da Secretaria de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza. O Centro foi institucionalizado pela Lei 133/2012 tendo como missão a proteção e defesa dos direitos da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT em situação de violência, violação e/ou omissão de direitos humanos motivados por orientação sexual e/ou identidade de gênero no município de Fortaleza.

O serviço objetiva oferecer acompanhamento interdisciplinar para vítimas de discriminação e violência, motivados pela orientação sexual e/ou identidade de gênero, bem como articular e consolidar a Rede de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos LGBT.

As denúncias são feitas presencialmente ou recebidas pelo Disque Direitos Humanos do Município de Fortaleza (0800.285.0880) e pelo Disque 100 – Disque Direitos Humanos do Governo Federal. O público LGBT procura o Centro de Referência principalmente para promover processos contra violadores de seus direitos. Os casos que não podem ser resolvidos pelos profissionais do equipamento são encaminhados para as Defensorias Públicas Estadual e Federal e demais órgãos públicos que fazem parte da Rede de Atendimento.

São realizadas visitas domiciliares de averiguação de denúncias, acompanhamento individual e familiar e visitas institucionais de articulação.

Também realiza outros serviços educativos de promoção e empoderamento dos (as) usuários (as) do CRLGBT por meio de encontros, palestras, oficinas, cine-debates, grupos de convivência mensais e de estudos de gênero e sexualidade semanalmente para discussão teórica e apresentação de artigos científicos, aproximando os acadêmicos e professores e a sociedade civil com a política pública LGBT.

O Grupo de Estudos é articulação entre o CRLGBT, Coordenadoria da Diversidade Sexual e o Laboratório Multiversos da Universidade de Fortaleza (Unifor), onde realizou 09 (nove) encontros com a participação de 139 pessoas entre elas professores, universitários, servidores, pessoas LGBTs, usuários de outras políticas e sociedade civil.

Embora o serviço seja voltado para casos de discriminação e violência, alguns usuários

procuram o CRLGBT para outras orientações psicossociais, por exemplo: informações sobre casamento e união estável, aluguel social, informações sobre o serviço, informações sobre prevenção às DSTs/Aids e Hepatites Virais, sobre o Grupo de Estudos e Grupos de Convivência como também mudança de registro para adequação do nome social no fortalecimento e reconhecimento de sua cidadania.

Além da rede de apoio supracitada, houve casos de usuários que perguntaram sobre entidades religiosas cristãs que aceitam a população LGBT. Informamos sobre as igrejas inclusivas, porém, sempre ressaltando o respeito ao princípio do Estado Laico, como também à livre expressão religiosa.

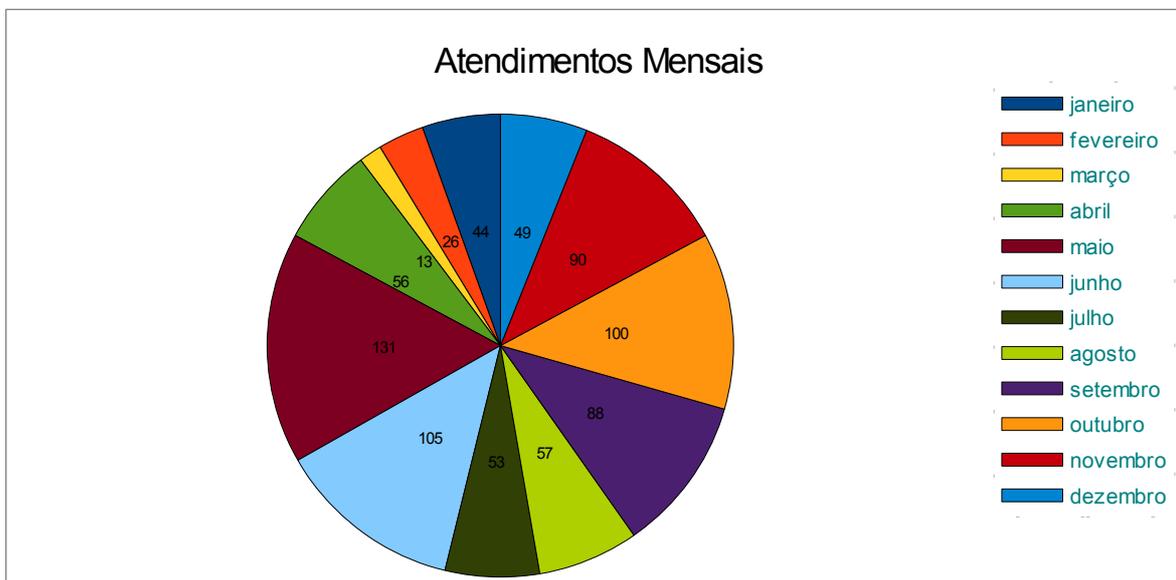
O Centro de Referência LGBT trabalha articulado com outros serviços governamentais e ONGs fortalecendo a rede de atendimento. As principais demandas são encaminhadas para os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), principalmente para casos que demandam atendimento psiquiátrico; Casas de Apoio; Centros de Referência de Assistência Social (Cras); Unidades básicas de Saúde; hospitais municipais e Organizações Não-Governamental (ONGs). Importantes parceiros são o Grupo de Resistência Asa Branca (Grab) e Programa Vira Vida do Sesi. Fortalecemos os vínculos com as instituições educacionais, tais como: Escolas Municipais, Projovem Urbano e universidades públicas e privadas.

2. ANÁLISE QUANTITATIVA

Durante o ano de 2014, foram realizados **812** (oitocentos e doze) atendimentos presenciais e orientações por telefone. Sendo assim, alcançamos uma margem de aproximadamente **68** (sessenta e oito) atendimentos mensais. Os serviços foram prestados a **676** (seiscentos e setenta e seis) usuários, incluindo os acompanhamentos de cadastrados realizados em anos anteriores.

Para uma análise profunda, descrevemos as seguintes características dos usuários: identidade de gênero, orientação sexual, faixa etária, escolaridade, condições socioeconômicas, religião, raça, origem da denúncia e violações advindas da discriminação referente à orientação sexual e à identidade de gênero.

2.1. QUANTO AOS ATENDIMENTOS MENSAIS DE 2014

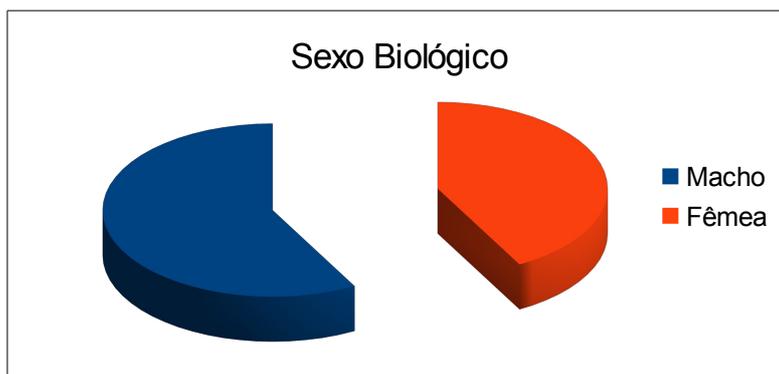


Percebemos que a maioria dos atendimentos realizados pelo CRLGBT Janaína Dutra durante o ano de 2014 concentrou-se nos meses de maio e junho devido à realização de cerimônia de casamento coletivo civil LGBT. Sendo assim, foram efetivados e reconhecidos os direitos e o pleno exercício da cidadania da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Em outubro houve outro acúmulo de atendimentos pela procura da formação do Grupo de Estudos do CRLGBT e Multiversos/Unifor. É importante ressaltar que foram atendidos, em média, 147% (cento e quarenta e sete por cento) a mais do que o previsto para 2014.

2.2. QUANTO AO SEXO BIOLÓGICO

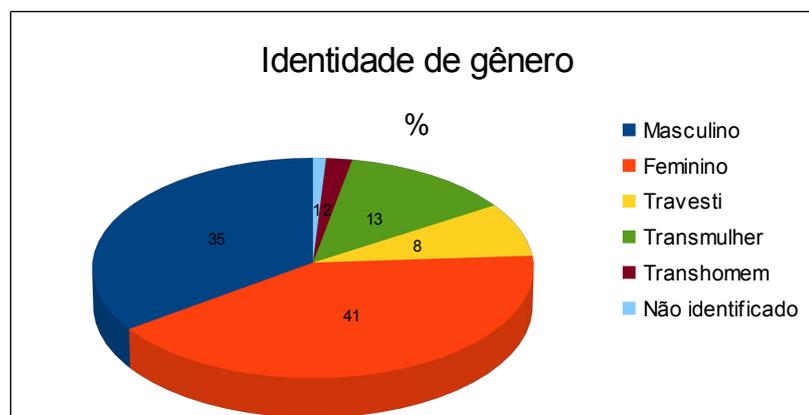
Verificamos que, dos 676 usuários atendidos em 2014, 154 são “usuários identificados”¹ e compõem o banco de dados do CRLGBT, onde a maioria é do sexo biológico macho:

- **58% (90)** são do sexo biológico macho;
- **42% (64)** são do sexo biológico fêmea.



2.3. QUANTO À IDENTIDADE DE GÊNERO

Quando à identidade de gênero, o CRLGBT atingiu uma relevante equivalência entre masculino e feminino. 41% dos usuários atendidos durante o referido ano relataram ter identidade de gênero feminino, compreendendo 63 usuárias (usuários identificados). Enquanto 35% se autoafirmaram com identidade masculina. Não somente essas identidades foram percebidas, mas outras apareceram fortemente no cenário dos atendimentos. 8% são travestis, 13% se identificaram como transexuais femininas e 2% transexuais masculinos. Houve um dado relevante: 1% não se identificou com nenhuma identidade de gênero.



1

. Usuários identificados – são aqueles atendidos frequentemente pelo serviço e permanecem em acompanhamento pelo Centro de Referência LGBT Janaína Dutra – CRLGBT.

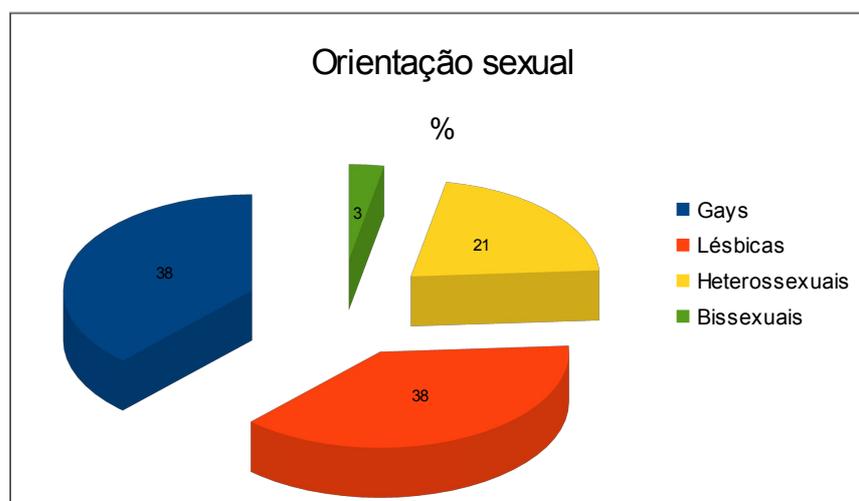
Diante desses dados, o CRLGBT observou que houve um crescente número de transexuais femininas e/ou transmulheres. E uma procura mais intensa dos transhomens ou transexuais masculinos, reverberando no aumento da visibilidade dessa categoria identitária.

Baseando-se no autor João W. Nery, essa nova nomenclatura do termo *transhomem* “é uma das muitas classificações dentro das transidentidades, sendo uma autodesignação adotadas por pessoas que “nasceram mulheres”, ou melhor, designadas como tal a partir do nascimento ou ainda no período de gestação, no entanto, identificam-se como homens. Além desse termo, são também utilizados: *homens trans*, *FTM* (*female to male – de mulher para homem*), *homens transexuais*, *transmen e transmasculinos*”.

No entanto, esse público esteve mais próximo do equipamento com firmeza e convicção de suas identidades, fortalecendo o aspecto político da identidade do público LGBT em Fortaleza conforme mostra o gráfico a seguir.

2.4. QUANTO À ORIENTAÇÃO SEXUAL

Como identificação quanto à orientação sexual, verificou-se que 21% se autoafirmaram heterossexuais, 76% homossexuais, 38% lésbicas, 38% gays e 3% se identificaram enquanto bissexuais.

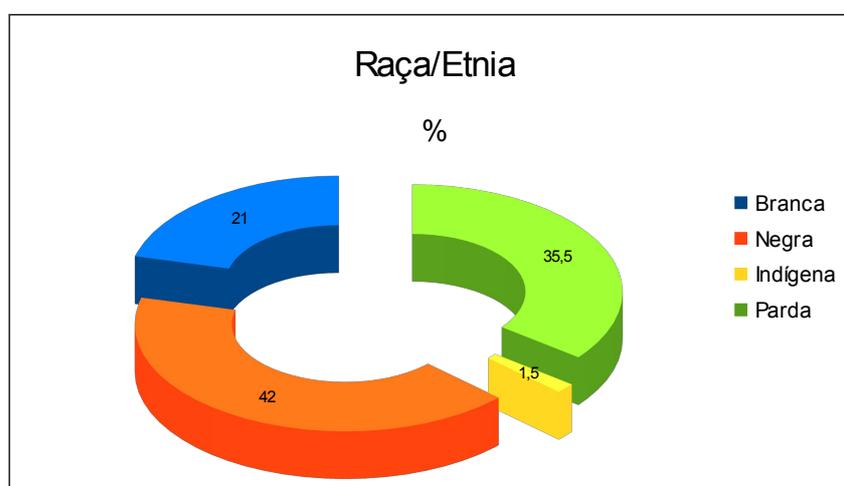


Em análise mais profunda, o CRLGBT observou que, entre as transmulheres, 20 delas (13%) se autodeclararam heterossexuais, enquanto somente 01 transexual feminina se identificou como homossexual. Na questão da transexualidade masculina, os 03 homenstrans atendidos pelo equipamento houve uma divergência quanto à orientação sexual: 01 se declarou homossexual, 01 bissexual e 01 como heterossexual.

Dessa forma, entende-se quando a autora Guacira Lopes afirma que *“compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias. Assim, o sentido de pertencimento a diferentes grupos étnicos, sexuais, de classes e de gênero, etc. constitui o sujeito e pode levá-lo a se perceber como se fosse “empurrado em diferentes direções”.*

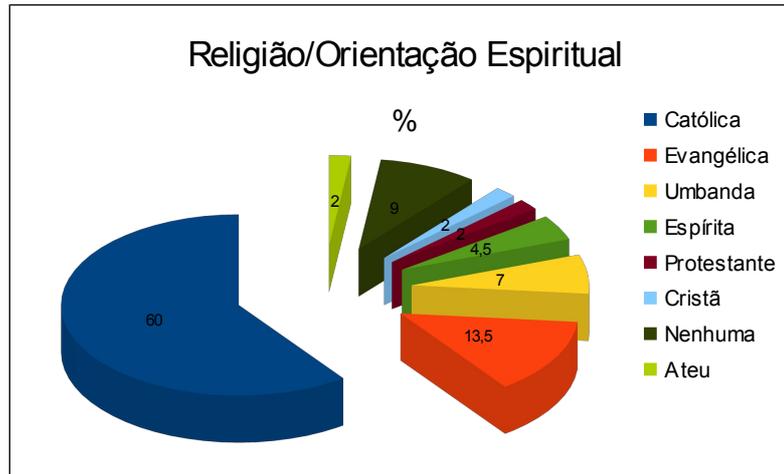
2.5. QUANTO À RAÇA/ETNIA

Quanto à identificação de raça/etnia, há um maior índice de usuários negros, 42%, havendo uma divergência com a raça branca, 21%. Há um número considerável de pessoas que se não se identificam enquanto negras nem brancas e se autodeclararam pardas (35,5%). Uma etnia ainda pouco identificada é a indígena com 1,5%.



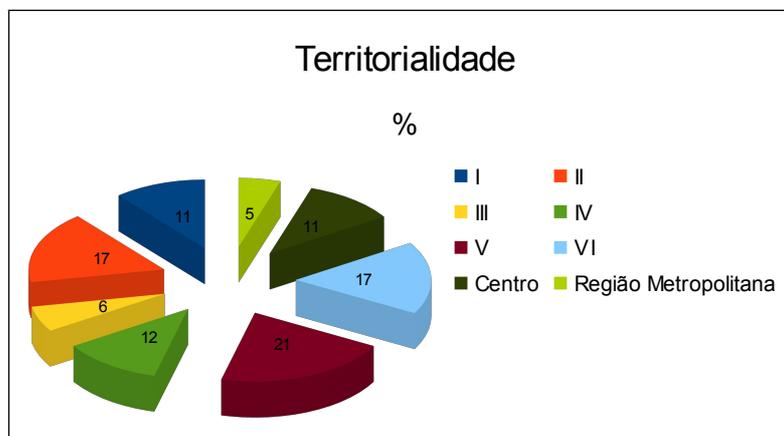
2.6. QUANTO À RELIGIÃO E/OU ORIENTAÇÃO ESPIRITUAL

Dentre as pessoas atendidas pelo CRLGBT no que concerne à religiosidade e orientação espiritual, há uma predominância da religião católica 60%, seguido por 13,5% de evangélicos, 7% de umbandistas, 4,5% da doutrina espírita, 2% protestantes e 2% cristãs. 9% dos usuários afirmaram não ser de nenhuma religião e 2% são ateus.



2.7. QUANTO À TERRITORIALIDADE

Conforme o gráfico abaixo, verificamos que há uma equivalência no número de usuários atendidos pertencentes às Regionais II e VI, com 17% cada, como também às Regionais I e Centro, com 11% cada. Para as demais, 12% são da Regional IV, 6% da III e 21% da V. Embora a área de atuação seja apenas o município de Fortaleza, o CRLGBT prestou os devidos atendimentos, possíveis encaminhamentos e orientações para usuários da Região Metropolitana, totalizando 5% dos usuários.



O público LGBT atendido pelo CRLGBT é oriundo de vários bairros de Fortaleza e alguns merecem destaque de acordo com suas respectivas regionais e demandas:

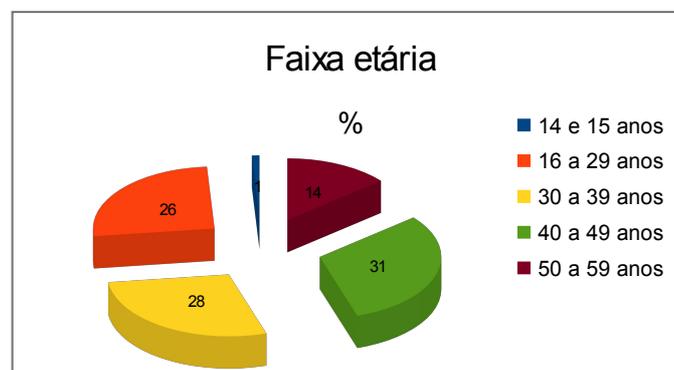
1. Regional I: Vila Velha, Jardim Iracema, Barra do Ceará, Jardim Guanabara, Álvaro Weyne, Pirambu e Carlito Pamplona;
2. Regional II: Aldeota, Praia de Iracema, Papicu, Meireles, Vicente Pinzón, Praia do Futuro, Luciano Cavalcante, Joaquim Távora, São João do Tauape e Cidade 2000;
3. Regional III: João XXIII, Pici, Henrique Jorge, Autran Nunes, Jóquei Clube, Rodolfo Teófilo e Parquelândia;
4. Regional IV: Montese, Benfica, Vila União, Serrinha, Itaperi, Aeroporto, Parangaba e Bairro de Fátima;
5. Regional V: Bom Jardim, Granja Portugal, José Walter, Siqueira, Mondubim e Conjunto Ceará;
6. Regional VI: Passaré, Messejana, Ancuri, Lagoa Redonda, Jardim das Oliveiras, Castelão, Dias Marcedo e Jangurussu;
7. Regional do Centro (Sercefor)

Vale destacar que a população LGBT em situação de rua que foi atendida por este equipamento social está localizada, eminentemente, na região do Centro.

Na Região Metropolitana, as localidades destacadas são Caucaia, Eusébio e Pacajus.

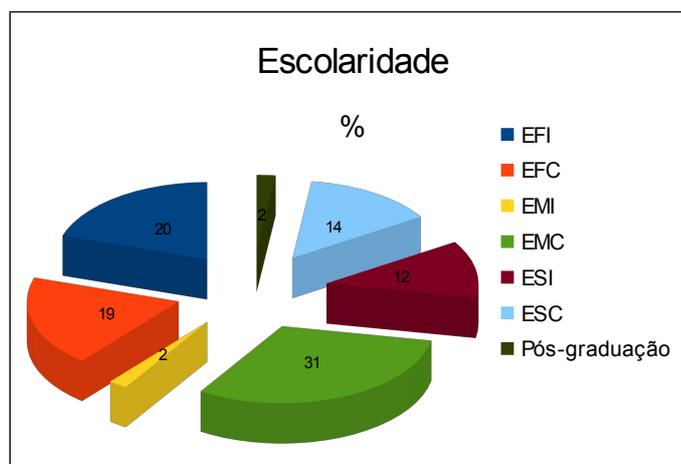
2.8. QUANTO À FAIXA ETÁRIA

A maioria dos usuários atendidos pelo CRLGBT Janaína Dutra são cidadãos e cidadãs entre 14 e 15 anos (1%), 26% entre 16 e 29, seguido de 28% de pessoas de 30 a 39 anos, 31% entre 40 e 49 e 14% de pessoas de 50 a 59 anos.



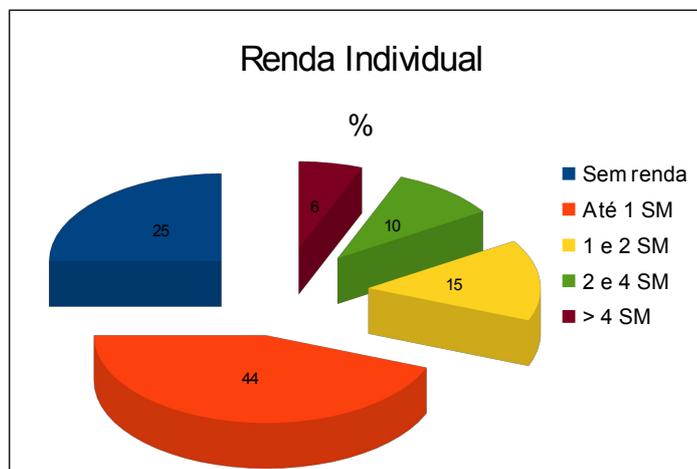
2.9. QUANTO À ESCOLARIDADE

No que se refere à escolaridade, o público LGBT atendido tem o Ensino Fundamental incompleto com 20%, Ensino Fundamental completo (19%) e Ensino Médio incompleto (2%). O maior percentual é de pessoas com Ensino Médio completo (31%). Por sua vez, Ensino Superior incompleto registra 12%, Ensino Superior completo 14% e Pós-Graduados 2%.



2.10. QUANTO À RENDA INDIVIDUAL

Quanto à renda individual dos usuários atendidos pelos CRLGT, a maioria (correspondendo a 44%) ganha até um salário-mínimo. 25% não possuem renda, 15% têm renda de um a dois salários-mínimos, 10% de dois a quatro salários-mínimos e 6% têm renda de quatro ou mais salários-mínimos por mês.

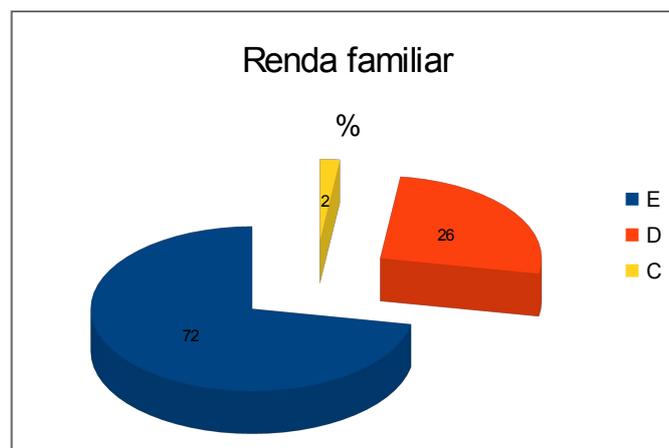


2.11. QUANTO À RENDA FAMILIAR

A renda familiar foi analisada pela classe social conforme critério do IBGE para definição de classes sociais, sendo caracterizada:

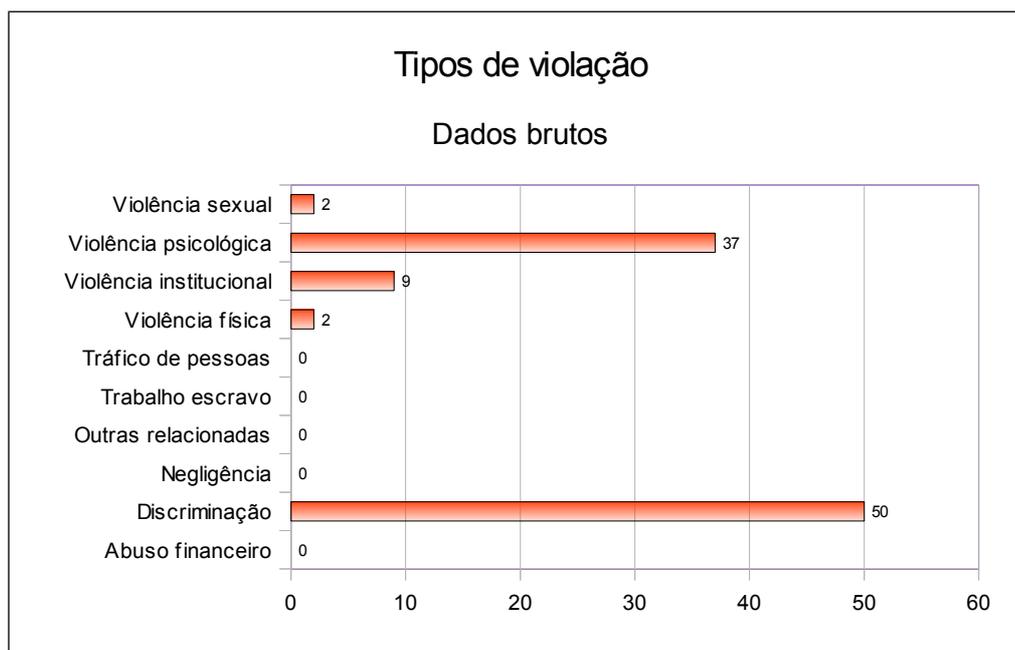
- **Classe E:** até 2 SM - R\$ 1.449,99
- **Classe D:** de 2 a 4 SM - R\$ 1.450,00 a R\$ 2.899,99
- **Classe C:** de 4 a 10 SM - R\$ 2.900,00 a R\$ 7.249,99
- **Classe B:** de 10 a 20 SM R\$ 7.250,00 a R\$ 14.499,99
- **Classe A:** acima de 20 SM - R\$ 14.500,00 ou mais.

A maioria dos usuários atendidos pelo CRLGBT em 2014 pertence à classe E, compreendendo 72%, 26% da classe D e 2% classe C. Nenhum usuário das classes B e A procurou os serviços do CRLGBT.



2.12. QUANTO AO TIPO DE VIOLAÇÃO

Nos tipos de violações estão classificadas as violências contra o público LGBT, sendo 2% violência sexual, 37% violência psicológica, 9% violência institucional, 2% violência física e 50% discriminação por identidade de gênero e/ou orientação sexual.



3. ANÁLISE COMPARATIVA DE ATENDIMENTOS - 2013 X 2014

ATENDIMENTOS	QTD 2013	QTD 2014	VARIAÇÃO
Atendimentos (geral)	768	812	+ 6%
Denúncia Disque 100	21	10	- 53%
Denúncias DDH	04	08	+ 100%
Outras Denúncias	102	162	+ 59%
Denúncias (TOTAL)	127	180	+ 42%
Denúncias/Casos – Acompanhamentos com Visitas Técnicas	51	73	+ 43%
Denúncias/Casos – Encaminhados a Rede	66	33	- 50%

Nos atendimentos realizados em 2014 verifica-se um acréscimo de 6% em relação ao ano anterior no que se refere às denúncias do Disque 100 representando uma diminuição no registro de aproximadamente 50%. Já no Disque Direitos Humanos (DDH) houve um acréscimo de 200% nos registros, como também as denúncias presenciais obtiveram um percentual de acréscimo de 59%.

As denúncias/casos acompanhados com visitas técnicas aumentaram em 43%. Nas denúncias/casos que não têm resolutividade pelo CRLGBT e são encaminhados para a rede ocorreu uma diminuição considerável de 50%.

4. ANÁLISE QUALITATIVA

Serviço Social

O Serviço Social é a porta de entrada do CRLGBT para os demais serviços, onde são coletadas informações acerca do perfil socioeconômico e cultural da pessoa assistida e realizada a verificação do tipo de violência e/ou violação de direitos. Posteriormente, a assistente social, ao identificar o tipo de denúncia e situação que envolve a pessoa LGBT, executa os devidos procedimentos internos para o encaminhamento ao setor jurídico e/ou ao setor da psicologia, procedimentos emergenciais ou o acionamento imediato para a rede de assistência social.

Dessa forma, além do atendimento inicial para diagnóstico das violações/violências e do perfil socioeconômico e cultural da pessoa assistida, o Serviço Social atua na articulação da rede social na para facilitar o acesso dos/as LGBTs às políticas públicas das mais diversas áreas. Esse setor é responsável pelo acompanhamento sistemático mais aproximado da realidade dos usuários.

Direito

Na seara do Direito, a grande maioria dos atendimentos foi sobre informações acerca de orientação quanto ao registro civil referente a nome social – travestis e transexuais; agressões físicas e psicológicas perpetradas por entes familiares e/ou conjugais; constrangimentos em locais privados e públicos quanto à orientação sexual e identidade de gênero; orientações sobre direito previdenciário; programas e benefícios dos governos federal, estadual e municipal.

Em vários casos, o atendimento jurídico se complementou com atendimento do serviço social e psicológico, mostrando o quanto é importante o atendimento interdisciplinar.

Psicologia

O trabalho do profissional de Psicologia oferece suporte psicológico de apoio ao usuário enquanto o mesmo se mobiliza para iniciar e/ou travar um processo jurídico. Os/as usuários/as geralmente chegam muito fragilizados quanto à autoestima e abalados emocionalmente em virtude do episódio ocorrido. A proposta psicológica é de Terapia Breve de Apoio e Suporte. Quando percebida a necessidade do/a usuário/a por um tratamento de maior duração ou demanda psiquiátrica, são feitos os devidos encaminhamentos.

5. OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E/OU DE PARTICIPAÇÃO DO CRLGBT

INDICADORES	QUANTIDADE
Palestras	08
Vídeo Debate	02
Encontros do Grupo de Convivência	07
Seminários	04
Grupos de Estudo LGBT	10
Visitas Institucionais	01
Reuniões	10
Eventos de Sensibilização	12

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram importantes para acompanhamento dos casos o atendimento interdisciplinar e as reuniões de equipe; disponibilidade de transporte para visitas domiciliares e institucionais para acompanhamento de referência e contra-referência; sensibilização dos agentes públicos e/ou privados no combate à lesbo-homo-transfobia por meio de palestras, oficinas e debates; e a colaboração de outros agentes da rede de proteção, tais como Defensoria Pública do Estado do Ceará, Sine/IDT, Sesi, Ciec, etc.

Podemos destacar a procura do CRLGBT por trans homens e trans mulheres em 2014, que, até então, não era visível no referido serviço. Essa busca fortalece a política LGBT tirando do anonimato todos do universo trans que muitas vezes não são reconhecidos. O perfil do usuário é em grande parte de indivíduos conhecedores de seus direitos e de baixa renda, buscando o Centro de Referência como afirmação da política pública de direitos LGBTs.

Como desafio para 2015, considera-se que as ações institucionais sejam continuadas e que a rede de serviços seja ampliada para que possa haver um real acolhimento das demandas específicas da população LGBT de Fortaleza/Ce, principalmente no reconhecimento das políticas públicas de afirmação de direitos, bem como na legitimação de sua identidade de gênero e de sua orientação sexual.

7. RELAÇÃO DE SIGLAS

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais;

CRLGBT – Centro de Referência LGBT Janaína Dutra;

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social;

CENTRO POP – Centro de Acolhimento à Pessoa em Situação de Rua;

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social;

SEJUS – Secretaria da Justiça e Cidadania;

ATRAC – Associação de Travestis do Ceará;

ANTRA – Associação Nacional de Travestis;

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil;

UNIFOR – Universidade de Fortaleza;

UBS – Unidade Básica de Saúde;

SINE/IDT – Sistema Nacional de Emprego/ Instituto de Desenvolvimento do Trabalho;

SESI – Serviço Social da Indústria;

GRAB – Grupo de Resistência Asa Branca;

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens;

COAS – Centro de Orientação e Atendimento Sorológico;

DDH – Disque Direitos Humanos.



8. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*/Guacira Lopes Louro. 16. Ed. Petrópoles, RJ: Vozes, 2014;

NERY, João Walter; Maranhão Filho, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Transhomens no Ciberespaço: Micropolíticas das Resistências in: *História Agora, a Revista de História do Tempo Presente*, páginas 139 a 164. www.historiagora.com.

<http://blog.thiagorodrigo.com.br/index.php/faixas-salariais-classe-social-abep-ibge?blog=5>